

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.655 - ES (2019/0034806-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **CHEIM TRANSPORTES SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL MERLO MARCONI DE MACEDO - ES010096**  
TENÓRIO MIGUEL MERLO FILHO - ES014775  
FILIPE LACERDA DE MOURA SILVA - ES011028  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA**  
**EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE**  
**VITÓRIA - ES**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ALAGOINHAS - BA**  
**INTERES.** : **JUSINALDO COSTA FONTES**

**DECISÃO**

Cheim Transportes S/A - Em Recuperação Judicial suscita o presente conflito positivo de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2014 (Processo n. 0006054-23.2014.8.08.0024), cujo processamento foi deferido, em 9/4/2014, pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, diante da presença dos pressupostos e condições previstas na Lei nº 11.101/2005.

Acrescenta que, por sentença datada de 21/1/2015, foi homologado o plano de recuperação, bem como que, em 26/7/2017, foi publicada decisão que deu por encerrado o período de supervisão judicial. Salienta que opôs embargos de declaração à sentença de encerramento da recuperação, os quais foram rejeitados, tendo, então, ingressado com apelação, cujo julgamento ainda não aconteceu.

Afirma que figura como ré na Reclamação Trabalhista n. 0000773-78.2012.5.05.0222, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA, proposta por Jusinaldo Costa Fontes, a qual remete "a créditos trabalhistas anteriores à recuperação, que eram ilíquidos quando do pedido de recuperação".

Assevera que o magistrado trabalhista, "a par da clareza quanto a sujeição à recuperação judicial dos créditos existentes na data do pedido, [...] determinou recentemente medida de penhora de bens da empresa [...], adotando o entendimento no sentido de que as obrigações trabalhistas devem ser cumpridas normalmente no Juízo trabalhista, eis que ultrapassado o período de 2 anos da recuperação, as medidas executórias para recebimento do crédito trabalhista, ainda que anteriores ao pedido de recuperação", poderiam ser por ele próprio realizadas, "sem observância das regras do plano de recuperação, que determinam a habilitação e pagamento nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005".

Nessa linha, argumenta que "o prosseguimento das execuções na esfera trabalhista resultaria o desvirtuamento da recuperação judicial, bem como colocaria os autores das ações cujo prosseguimento das execuções na esfera trabalhista restaram determinados em posições de nítida desigualdade e injustiça em face daqueles credores que já estão habilitados no juízo da recuperação, e aguardam o recebimento do crédito apurado".

Pede, liminarmente, a imediata suspensão da decisão proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA, de forma a impedir qualquer tipo de constrição de seu patrimônio, solicitando, também, que seja determinada a devolução dos valores eventualmente bloqueados e a retirada de seu nome do Cadastro Nacional de Devedores Trabalhistas, fixando-se, no mérito, a competência do juízo da recuperação judicial.

Brevemente relatado, decido.

Dado o contexto em que suscitado o presente conflito, é de se ter em conta, preliminarmente, a orientação jurisprudencial desta Corte segundo a qual, "enquanto não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio afetado ao plano de soerguimento empresarial" [EDcl no AgInt no CC n. 152.900/SP, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região), DJe 15/8/2018].

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO NÃO TRANSITADA EM JULGADO. APELAÇÃO RECEBIDA NO DUPLO EFEITO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM OUTRO JUÍZO. MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO EM DESFAVOR DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. Comprovada a interposição de recurso de apelação contra a sentença de encerramento da recuperação judicial, o qual foi recebido no duplo efeito, de rigor a incidência da compreensão desta Corte no sentido de que, não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio da empresa recuperanda.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.554.555/DF, de minha relatoria, DJe 11/11/2016)

E o quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento parcial da medida urgente pleiteada, estando atendidos, a meu juízo, os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado, este, pela determinação de prosseguimento da execução emanada do Juízo Trabalhista.

Essa iniciativa, à primeira vista, destoa do entendimento que atualmente predomina nesta Corte, qual seja, o de que "o crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária" [CC n. 139.332/RS, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), DJe 30/4/2018].

Presentes essas razões, **defiro a liminar** a fim de determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA nos autos do Processo n. 0000773-78.2012.5.05.0222, ficando designado o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES para dirimir, em caráter provisório, as demais questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e

solicitando-lhes que prestem as necessárias informações no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

